

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

15.setembro.2020 – Sala 3

Aos quinze dias do mês de setembro de 2020, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

- Reunião de 29 de julho de 2020

3. Comunicações do Presidente

3.1. Pedido de audiência do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado

- **Assunto:** Expor os problemas que afetam a Carreira de Investigação Científica.
- **Audiência na Comissão ou por Deputado-piloto (PS)?**

3.2. Relatório da audição da CONFAP pelo Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva

- Distribuído a todos os Deputados
- Aprovado?

3.3. Contributos para o plano de atividades para a 2.ª Sessão Legislativa

- Solicitam-se contributos aos GP
- Solicita-se ao GT da Educação Inclusiva que apresente o respetivo plano de atividades
- Prazo até 25 de setembro

3.4. Audição da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)

- Na sequência da receção do 1.º relatório de monitorização da avaliação do ensino superior em Portugal, apresentado pela Agência em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 16.º da [Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto](#), alterada pela [Lei n.º 94/2019, de 4 de setembro](#), a Comissão deliberou, na reunião ordinária do dia 30 de junho, fazer a audição da entidade para apresentação do relatório.
- **Propõe-se que a audição tenha lugar no dia 23 de setembro.**

3.5. Baixa de Iniciativas

3.5.1. [Projeto de Resolução n.º 604/XIV/1.ª \(CH\)](#) - Recomenda que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento seja uma unidade curricular opcional.

- ✓ O CH pretende a **discussão na Comissão ou no Plenário?**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

3.5.2. Projeto de Resolução n.º 605/XIV/1.ª (BE) - Recomenda a integração de assistentes operacionais precários na escola pública.

- ✓ O BE pretende a **discussão na Comissão ou no Plenário?**

3.5.3. Projeto de Resolução n.º 607/XIV/1.ª (CH) - Recomenda ao Governo que, em articulação com as autarquias locais, elabore um plano específico para o transporte dos alunos para as escolas.

- ✓ O CH pretende a **discussão na Comissão ou no Plenário?**
- ✓ Conexão com 13.ª comissão.

3.5.4. Projeto de Resolução n.º 612/XIV/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo medidas de prevenção e resposta à violência em contexto escolar.

- ✓ O BE pretende a **discussão na Comissão ou no Plenário?**

3.5.5. Projeto de Resolução n.º 615/XIV/1.ª (PCP) - Recomenda ao Governo a construção de uma escola de ensino básico de 2º e 3º ciclos e de uma escola do ensino secundário na freguesia de Fernão Ferro, no concelho do Seixal.

- ✓ O PCP pretende a **discussão na Comissão ou no Plenário?**

3.5.6. Projeto de Resolução n.º 624/XIV/1.ª (PCP) - Requalificação da escola Secundária de Serpa.

- ✓ O PCP pretende a **discussão na Comissão ou no Plenário?**

3.5.7. Projeto de Lei n.º 484/XIV/1.ª (BE) - Cria um teto máximo para o valor das propinas de 2º, 3º ciclos de estudos e pós-graduações no ensino superior público.

- ✓ Baixou à 8.ª CECJD em 09-09-2020
- ✓ Conexão com 13.ª comissão
- ✓ **O BE pretende fazer a apresentação do P JL na Comissão?**
- ✓ Arrastado para discussão no Plenário na reunião de dia 01-10-2020
- ✓ Deputado Relator: **GP IL**

3.5.8. Projeto de Lei n.º 492/XIV/1.ª (PCP) - Eliminação das propinas no Ensino Superior Público.

- ✓ Baixou à 8.ª CECJD em 14-09-2020
- ✓ **O PCP pretende fazer a apresentação do P JL na Comissão?**
- ✓ Arrastado para discussão no Plenário na reunião de dia 01-10-2020
- ✓ Deputado Relator: **GP BE**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

3.6. Iniciativas europeias

- [COM\(2020\)275](#) - Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO sobre o ensino e a formação profissionais (EFP) em prol da competitividade sustentável, da justiça social e da resiliência.
 - Sinalizada pela CAE em 09/09/2020
 - **A 8.ª CECJD pretende elaborar relatório? Cabe ao PSD.**
 - **Apreciação do relatório na reunião de 23/09/2020**
- [COM\(2020\)277](#) – Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa a Uma ponte para o emprego - Reforçar a Garantia para a Juventude e que substitui a Recomendação do Conselho, de 22 de abril de 2013, relativa ao estabelecimento de uma Garantia para a Juventude.
 - Sinalizada pela CAE em 09/09/2020
 - **A 8.ª CECJD pretende elaborar relatório? Cabe ao PS.**
 - **Apreciação do relatório na reunião de 23/09/2020**
- [COM\(2020\)316](#) – RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico da União Europeia e acompanhamento do Horizonte 2020 em 2019.
 - Sinalizada pela CAE em 09/09/2020
 - **Para conhecimento da 8.ª CECJD.**

3.7. Calendário das propostas do Governo para as audições regimentais

Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior:

- 1.ª Audição Regimental - OE 2021
- 2.ª Audição Regimental – 19 janeiro – 15h30
- 3.ª Audição Regimental – 13 abril – 15h30
- 4.ª Audição Regimental – 06 julho – 15h30

Ministro da Educação:

- 1.ª Audição Regimental - OE 2021
- 2.ª Audição Regimental – semana de 14 dezembro – 15h30
- 3.ª Audição Regimental – semana de 29 março – 15h30
- 4.ª Audição Regimental – semana de 12 julho – 15h30

4. Audiência da APROFGEO – Associação de Professores de Geografia, para apresentar a sua posição que apenas os licenciados em Geografia têm formação científica para lecionar a disciplina de Geografia no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, na falta de docentes profissionalizados.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

5. Audiência da ANICT - Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia, para apresentar a sua posição sobre as alterações da Lei n.º 57/2017 ao Decreto-lei n.º 57/2016.

6. Discussão e votação do requerimento do CHEGA para audição do Secretário de Estado Adjunto e da Educação para prestar esclarecimentos sobre o *despacho que anula a decisão da escola que garantia que os discentes transitassem de anos por não terem frequentado a disciplina Cidadania e Desenvolvimento*.

7. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 426/XIV \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo medidas concretas para eliminar o fosso digital na educação

8. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 445/XIV \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que defina um plano estratégico para garantir a transição digital nas escolas

9. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 472/XIV/1.ª \(PSD\)](#) - Plano de Ação para uma Escola Renovada.

10. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 608/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que garanta o acompanhamento das crianças que ingressam pela primeira vez no pré-escolar ou no 1º ciclo.

11. Apreciação e votação do relatório de atividades do Grupo de Trabalho – Educação Inclusiva respeitante à 1.ª Sessão Legislativa

12. Outros assuntos

12.1. Indicação de Deputados relatores e Deputados piloto;

12.2. Baixa de Projetos de Resolução à Comissão.

13. Data das próximas reuniões

- **Dia 23 de setembro – 10h00**
(Jornadas Parlamentares do GPPS no dia 22 de setembro)
(Reunião Plenária 23 de setembro às 15h00)
- **Audição da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)**, para apresentação do 1.º relatório de monitorização da avaliação do

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

ensino superior em Portugal, apresentado pela Agência em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 16.º da [Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto](#), alterada pela [Lei n.º 94/2019, de 4 de setembro](#);

- **Audiência da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia**, para apresentação do Projeto Gaia 2024 – Candidatura a Capital Europeia da Juventude;
- **Audiência do Comité Paralímpico de Portugal, do Comité Olímpico de Portugal e da Confederação de Desporto de Portugal**, para entrega em mão de moção onde contam vários assuntos no âmbito do desporto português, nomeadamente o impacto das medidas de contingência e controlo da pandemia por COVID-19 no desporto.

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, do PEV e da IL.

2. Aprovação de atas

A ata da reunião de 29 de julho foi aprovada por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, do PEV e da IL.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Pedido de audiência do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado

Apreciado o pedido de audiência do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado, que pretende expor os problemas que afetam a Carreira de Investigação Científica, foi deliberado realizá-la em Comissão.

3.2. Relatório da audição da CONFAP pelo Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva

Apreciado o relatório, foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, do PEV e da IL.

3.3. Contributos para o plano de atividades para a 2.ª Sessão Legislativa

O Presidente da Comissão solicitou que os Grupos Parlamentares enviassem até 25 de setembro contributos para a elaboração do plano de atividades da Comissão para a 2.ª Sessão Legislativa, para posterior elaboração do mesmo, bem como do respetivo orçamento.

Informou que pedido idêntico tinha tido lugar na reunião plenária da Comissão do dia 29 de julho.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

O Presidente da Comissão solicitou também ao Grupo de Trabalho – Educação Inclusiva a apresentação do respetivo plano de atividades para a 2.ª Sessão Legislativa.

3.4. Audição da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)

Na sequência da receção do 1.º relatório de monitorização da avaliação do ensino superior em Portugal, apresentado pela Agência em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 16.º da [Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto](#), alterada pela [Lei n.º 94/2019, de 4 de setembro](#), a Comissão deliberou, na reunião ordinária do dia 30 de junho, fazer a audição da entidade para apresentação do relatório. Foi deliberado por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, do PEV e da IL, agendar a referida audição para o dia 23 de setembro.

3.5. Baixa de Iniciativas

3.5.1. [Projeto de Resolução n.º 604/XIV/1.ª \(CH\)](#) - Recomenda que a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento seja uma unidade curricular opcional.

Adiado para a reunião seguinte por ausência do Deputado André Ventura (CHEGA).

3.5.2. [Projeto de Resolução n.º 605/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Recomenda a integração de assistentes operacionais precários na escola pública.

O BE informou que pretende a discussão em Comissão.

3.5.3. [Projeto de Resolução n.º 607/XIV/1.ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo que, em articulação com as autarquias locais, elabore um plano específico para o transporte dos alunos para as escolas.

Adiado para a reunião seguinte por ausência do Deputado André Ventura (CHEGA).

3.5.4. [Projeto de Resolução n.º 612/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo medidas de prevenção e resposta à violência em contexto escolar.

O BE informou que pretende a discussão em Plenário.

3.5.5. [Projeto de Resolução n.º 615/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo a construção de uma escola de ensino básico de 2º e 3º ciclos e de uma escola do ensino secundário na freguesia de Fernão Ferro, no concelho do Seixal.

Adiado para a reunião seguinte por ausência da Deputada Ana Mesquita (PCP). Posteriormente o PCP indicou, por correio eletrónico, que pretende a discussão em Plenário em conjunto com a Petição n.º 22/XIV/1.º.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

3.5.6. [Projeto de Resolução n.º 624/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Requalificação da escola Secundária de Serpa.

Adiado para a reunião seguinte por ausência da Deputada Ana Mesquita (PCP). Posteriormente o PCP indicou, por correio eletrónico, que pretende a discussão em Comissão.

3.5.7. [Projeto de Lei n.º 484/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Cria um teto máximo para o valor das propinas de 2º, 3º ciclos de estudos e pós-graduações no ensino superior público.

Adiado para a reunião seguinte por ausência dos Deputados do BE.
Deputado relator: João Cotrim de Figueiredo (IL).

3.5.8. [Projeto de Lei n.º 492/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Eliminação das propinas no Ensino Superior Público.

Adiado para a reunião seguinte por ausência da Deputada Ana Mesquita (PCP). Posteriormente o PCP indicou, por correio eletrónico, que pretende a discussão em Comissão.

O BE indicou o Deputado Luís Monteiro como relator.

3.6. Iniciativas europeias

- [COM\(2020\)275](#) - Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO sobre o ensino e a formação profissionais (EFP) em prol da competitividade sustentável, da justiça social e da resiliência.

O PSD indicou a Deputada Cláudia André como relatora.

- [COM\(2020\)277](#) – Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa a Uma ponte para o emprego - Reforçar a Garantia para a Juventude e que substitui a Recomendação do Conselho, de 22 de abril de 2013, relativa ao estabelecimento de uma Garantia para a Juventude.

O PS indicou a Deputada Maria Begonha como relatora.

- [COM\(2020\)316](#) – RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico da União Europeia e acompanhamento do Horizonte 2020 em 2019.

O Presidente da Comissão deu conhecimento aos Deputados da Comissão.

3.7. Calendário das propostas do Governo para as audições regimentais

O calendário das propostas do Governo para as audições regimentais foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, do PEV e da IL.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

4. Audiência da APROFGEO – Associação de Professores de Geografia, para apresentar a sua posição que apenas os licenciados em Geografia têm formação científica para lecionar a disciplina de Geografia no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, na falta de docentes profissionalizados.

O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos dando as boas vindas às representantes da APROFGEO – Associação de Professores de Geografia, e às Senhoras e Senhores Deputados presentes e em formato de videoconferência. Seguidamente deu conta da grelha de tempos para esta audição.

Intervieram as representantes da APROFGEO – Associação de Professores de Geografia, apresentando o assunto pelo qual foi solicitado a audiência. Mencionaram que não eram claras as exigências de habilitações científicas para lecionar a disciplina de geografia; não aceitavam que profissionais de outras áreas, sem formação científica e pedagógica ensinassem geografia; a habilitação própria era de 120 créditos na disciplina de geografia e era seu desejo ver este fato explanado na nota informativa da DGAE - Direção-Geral da Administração Escolar. Finalizaram mencionando que os docentes que não tinham mestrado, mas tinham habilitação própria de 120 créditos na disciplina de geografia deveriam ser contabilizados para lecionar a disciplina.

Intervieram depois as Deputadas Palmira Maciel (PS), Cláudia André (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Bebiãna Cunha* (PAN), tendo as representantes da APROFGEO respondido globalmente às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Presidente deu por concluída a audiência, agradecendo aos representantes do APROFGEO todos os esclarecimentos prestados.

A audiência foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A [gravação da reunião](#) está disponível na página da Comissão.

5. Audiência da ANICT - Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia, para apresentar a sua posição sobre as alterações da Lei n.º 57/2017 ao Decreto-lei n.º 57/2016.

O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos dando as boas vindas aos representantes da ANICT - Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia, e às Senhoras e Senhores Deputados presentes e em formato de videoconferência. Seguidamente deu conta da grelha de tempos para esta audição.

Intervieram os representantes da ANICT - Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia, apresentando o assunto pelo qual foi solicitado a audiência. Mencionaram que a ANICT surgiu da união de 1700 investigadores e pretende defender os investigadores

* estes Deputados intervieram no formato de videoconferência.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

doutorados. Em 2016 elaboraram um questionário com público alvo a 5000 investigadores doutorados e 95% destes responderam preferir um contrato de trabalho em comparação com uma bolsa de investigação. Mencionaram também que a [Lei n. 957/2017](#) reconhecia que o investigador doutorado era um trabalhador semelhante a qualquer outro; a necessidade de aumento salarial; a necessidade de existir oportunidade de contrato de trabalho findo o programa. Finalizaram referindo que alguns investigadores tinham sido integrados pelo PREVPAP, mas não por iniciativa das instituições.

Intervieram depois os Deputados Bruno Aragão (PS), Isabel Lopes (PSD), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Bebiana Cunha* (PAN), tendo as representantes da ANICT respondido globalmente às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Presidente deu por concluída a audiência, agradecendo aos representantes do ANICT todos os esclarecimentos prestados.

A audiência foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A [gravação da reunião](#) está disponível na página da Comissão.

6. Discussão e votação do requerimento do CHEGA para audição do Secretário de Estado Adjunto e da Educação para prestar esclarecimentos sobre o despacho que anula a decisão da escola que garantia que os discentes transitassem de anos por não terem frequentado a disciplina Cidadania e Desenvolvimento.

Adiado para a reunião seguinte por ausência do Deputado André Ventura (CHEGA).

7. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 426/XIV \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo medidas concretas para eliminar o fosso digital na educação

Discussão conjunta do ponto 7, 8 e 9.

8. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 445/XIV \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que defina um plano estratégico para garantir a transição digital nas escolas

Discussão conjunta do ponto 7, 8 e 9.

9. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 472/XIV/1.ª \(PSD\)](#) - Plano de Ação para uma Escola Renovada.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) propôs a discussão conjunta dos Projetos de Resolução em apreço tendo colhido a anuência por unanimidade dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do CDS-PP e do PAN.

* estes Deputados intervieram no formato de videoconferência.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.^a SL

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) manifestou que se justificava manter o Projeto de Resolução n.º 426/XIV (CDS-PP) tendo presente que o regime de ensino à distância tinha criado entropias no acesso aos meios informáticos e internet de várias famílias e alunos. Até aquele dia não tinha sido elaborado um plano de investimento em meios informáticos para os alunos que estavam no regime de ensino à distância, por motivos da pandemia causada pela doença da covid-19, quarentena profilática ou similares. Manifestou que era essencial a elaboração de um plano de sensibilização para a etiqueta no uso da internet de forma a proteger as crianças, nomeadamente contra o *bullying*.

A Deputada Bebiana Cunha (PAN) informou da igual pertinência do Projeto de Resolução n.º 445/XIV (PAN) de forma a garantir iguais condições de acesso das famílias e alunos aos meios informáticos e internet. O Primeiro-ministro tinha garantido que estariam garantidas condições iguais de acesso a meios informáticos até ao início do presente ano letivo, o que não se veio a confirmar. Assim se justificava a necessidade da transição digital de forma a garantir esta igualdade de acesso das crianças e jovens, não as condicionando devido ao seu nível socioeconómico. Afirmou ser necessário garantir o acesso à educação.

O Deputado Alexandre Poço (PSD) elencou as propostas descritas no Projeto de Resolução n.º 472/XIV/1.^a (PSD), nomeadamente a necessidade de elaboração de um plano de ação para uma escola renovada; a necessidade de fortalecer o sistema de ensino e proteção dos alunos; a necessidade de aproveitar o regime de ensino à distância para proceder a uma alteração de paradigma e uso eficiente das ferramentas digitais por parte dos alunos. Nenhum aluno deveria estar privado e prejudicado no acesso a material digital e informático. Dever-se-ia proceder à capacitação e valorização dos professores, nomeadamente com ações de formação periódicas e regulares, ajudando na melhoria de eficiência no desempenho das suas tarefas. Mencionou que estavam descritos estudos na exposição de motivos deste Projeto de Resolução sobre os impactos na saúde mental dos alunos, sendo apresentadas soluções por parte do Grupo Parlamentar do PSD. Reforçou a necessidade de conexão com as autarquias.

O Deputado Porfírio Silva (PS) informou que iria dedicar mais tempo da sua intervenção ao Projeto de Resolução n.º 472/XIV/1.^a (PSD), pois elencava preocupações partilhadas também pelo Grupo Parlamentar do PS. Mencionou que várias propostas elencadas no Projeto de Resolução n.º 472/XIV/1.^a (PSD), datado de 22 de maio, tinham sido aplicadas pelo Ministério da Educação um mês antes, tendo este enviado um questionário e criado equipas para intervenção escolar para escolas que já tinham manifestado essa necessidade. Referiu que já tinham existido duas sessões de formação de professores no contexto da transição digital, previstas no Orçamento de Estado 2020, contando com 3600 professores e ministradas pela Universidade Aberta. Referiu que a rede de educação tinha um número elevado de acessos – cerca de 30 mil por segundo. Referindo-se à área da saúde mental, seria importante distinguir as áreas de psicologia clínica das áreas de psicologia escolar, existindo equipas multidisciplinares para o efeito. Referiu que muito estava a acontecer, de forma rápida, contínua e não expectável pelo que era importante não retirar decisões precipitadas. Referindo-se ao Projeto de Resolução n.º 426/XIV (CDS-PP), a abordagem era conceptualmente distinta da posição do governo, focando-se no cheque-ensino, com o qual o Grupo Parlamentar do PS não concordava. Referindo-se ao Projeto de Resolução n.º 445/XIV (PAN), classificou-o de menos ambicioso e redundante pois já teriam sido aplicadas as medidas elencadas neste.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

A Deputada Alexandra Vieira (BE) referiu que a pandemia/confinamento e regime de ensino à distância tinha demonstrado o desinvestimento nos meios tecnológicos e formação dos professores. O programa e-escolas e computador Magalhães não tinham tido continuidade o que teria restringido o acesso dos alunos e professores a meios informáticos. Também o programa Internet Segura teria perdido fulgor. Indicou que há mais de 10 anos que os equipamentos tecnológicos e digitais não eram atualizados. Referiu que as desigualdades sociais se tinham tornado evidentes, não tendo os alunos o mesmo acesso à internet ou rapidez desta. Referiu que o ponto n.º 6 do Projeto de Resolução n.º 472/XIV/1.ª (PSD) desvirtuava o carácter didático. Manifestou a concordância com o ponto n.º 7 do Resolução n.º 472/XIV/1.ª (PSD), devendo esta medida ser pública e promovida pelo Ministério da Educação. No campo da saúde mental dos alunos, reforçou a necessidade de mais psicólogos nas escolas, mas como parte de uma equipa multidisciplinar. Finalizou referindo a necessidade de repensar o que tinha sido e é a formação contínua dos professores.

10. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 608/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que garanta o acompanhamento das crianças que ingressam pela primeira vez no pré-escolar ou no 1º ciclo.

A Deputada Bebiana Cunha (PAN) apresentou o Projeto de Resolução elencando a preocupação com o bem-estar das crianças que ingressam pela primeira vez no pré-escolar ou no 1.ª ciclo. Referiu que na presente semana a Direção Geral de Saúde tinha tornado público um referencial com orientações para comportamentos, saúde e segurança a ser adotados na comunidade educativa. Neste estava referido que os pais das crianças não podem entrar na escola, tendo de as deixar à porta, sendo estas recebidas por um funcionário. Referiu que os contextos escolares eram importantes para o desenvolvimento das crianças e que as determinações de figuras de vinculação deviam acompanhar as crianças na transição para o 1.º ciclo. Referiu que a forma como se procedia a esta transição era fundamental, nomeadamente no referente às figuras de referência, sendo necessário garantir uma transição segura e social, uma adaptação, sucesso e um bem-estar psico-emocional.

A Deputada Telma Guerreiro (PS) questionou que ainda seria tempo de aplicar as medidas elencadas no Projeto de Resolução n.º 608/XIV/1.ª (PAN), pois o ano escolar tinha tido início na presente semana. Concordou que a transição escolar era um momento essencial na vida de uma criança e que o governo já tinha dado sinais de equilíbrio entre as medidas sanitárias e as medidas para o bem-estar psicológico. Referiu também que estava previsto um reforço do número de profissionais da área da psicologia. Que era possível manter o bem-estar das crianças tendo em conta a mudança de paradigma e que era o equilíbrio de aplicabilidade de todas as medidas adaptadas aos diferentes contextos que eram importantes. Referiu que existe uma boa comunicação entre todos os intervenientes do processo educativo.

A Deputada Alexandra Vieira (BE) referiu que o Grupo Parlamentar do BE concordava com o Projeto de Resolução n.º 608/XIV/1.ª (PAN) e que no primeiro dia de ingresso no pré-escolar e 1.º ciclo era muito importante existir a presença dos pais. Este regresso já estava em curso, estando os referidos procedimentos dependentes da decisão de cada escola.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

11. Apreciação e votação do relatório de atividades do Grupo de Trabalho – Educação Inclusiva respeitante à 1.ª Sessão Legislativa

O relatório foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE e do PAN, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, do CDS-PP, do PEV e da IL.

12. Outros assuntos

12.3. Indicação de Deputados relatores e Deputados piloto;

O Presidente da Comissão solicitou que os GPs e DURP fossem diligentes a responder aos correios eletrónicos e à solicitação de Deputados relatores e Deputados piloto para garantir o bom funcionamento dos trabalhos da Comissão.

12.4. Baixa de Projetos de Resolução à Comissão.

O Presidente da Comissão solicitou que os GPs e DURP fossem diligentes a responder aos correios eletrónicos para garantir o bom funcionamento dos trabalhos da Comissão.

13. Data das próximas reuniões

- **Dia 23 de setembro – 10h00**
(Jornadas Parlamentares do GPPS no dia 22 de setembro)
(Reunião Plenária 23 de setembro às 15h00)
- **Audição da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)**, para apresentação do 1.º relatório de monitorização da avaliação do ensino superior em Portugal, apresentado pela Agência em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 16.º da [Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto](#), alterada pela [Lei n.º 94/2019, de 4 de setembro](#);
- **Audiência da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia**, para apresentação do Projeto Gaia 2024 – Candidatura a Capital Europeia da Juventude;
- **Audiência do Comité Paralímpico de Portugal, do Comité Olímpico de Portugal e da Confederação de Desporto de Portugal**, para entrega em mão de moção onde contam vários assuntos no âmbito do desporto português, nomeadamente o impacto das medidas de contingência e controlo da pandemia por COVID-19 no desporto.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

A reunião foi encerrada às 18:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de setembro 2020.

O PRESIDENTE

(FIRMINO MARQUES)

Nota: — A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão 23 de setembro de 2020.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 35/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares de Moura
Alexandre Poço
Ana Rita Bessa
António Cunha
Bebiana Cunha
Carla Madureira
Carla Sousa
Cláudia André
Cristina Mendes da Silva
Firmino Marques
Joana Mortágua
Lúcia Araújo Silva
Luís Leite Ramos
Luís Monteiro
Maria Begonha
Maria da Graça Reis
Maria Gabriela Fonseca
Maria Joaquina Matos
Pedro Alves
Porfírio Silva
Tiago Estevão Martins
Alexandra Vieira
Anabela Rodrigues
Clárisse Campos
Eduardo Barroco de Melo
Elza Pais
Isabel Lopes
Joana Sá Pereira
Maria Germana Rocha
Nuno Fazenda
Telma Guerreiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Mesquita
Mariana Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Aragão
João Cotrim de Figueiredo